



UM ECOSSISTEMA SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE

O projeto das Nações Unidas designado *Global Compact* propõe que a sustentabilidade e a responsabilidade social sejam os suportes concetuais de estratégias colaborativas, visando a cooperação e o desenvolvimento.

A cidadania pessoal e empresarial é fundamental na construção de futuras estratégias colaborativas e na “arquitetura para um mundo melhor”.

Texto de Mário Parra da Silva

[REPRESENTANTE DA REDE PORTUGUESA DO UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT]

Imaginem-se duas pequenas comunidades que procuram a sua sobrevivência em período de invasões e saques. Perante o perigo, a escassez e os ataques inimigos, a comunidade A reage desunida e dispersa, cada um procurando o seu acordo ou o seu escape. Já a comunidade B reforça a sua unidade e coordena os esforços. A comunidade A tem enormes probabilidades de ser extinta, mesmo que alguns sobrevivam. A comunidade B tem boas probabilidades de se salvar, mesmo que alguns pereçam. Desde que a humanidade existe que se coloca este dilema entre o “salve-se quem puder” e a “estratégia de cooperação” aos que vivem tempos de escassez, mudança, insegurança e ameaças externas.

Na génese das Nações Unidas está a ideia de cooperação internacional para um desenvolvimento inclusivo e harmonioso de toda a humanidade, condição essencial para a paz entre os povos. Nesse sentido, Kofi Annan, enquanto secretário-geral, reconheceu que as empresas (*business sector*) poderiam ter um papel motor na aplicação dos princípios fundamentais das Nações Unidas, no que se refere ao ambiente, direitos humanos e direitos laborais, a que se acrescentou, mais tarde, o imperativo do combate à corrupção.

Assim nasce o *United Nations Global Compact* (UNGC), segundo o qual as empresas passam a ser vistas não como meros contribuintes de causas, objeto de pressão e regulação por parte das políticas públicas, mas como sujeitos da sustentabilidade do planeta e da humanidade. Hoje, com mais de 12 mil entidades – oriundas de 145 países – subscritoras dos 10 Princípios, o UNGC é um dos motores da sustentabilidade à escala mundial. Em Portugal, infelizmente, apesar do empenho de entidades fundadoras – das quais se destaca a Fundação Oriente –, a adesão deixa ainda muito campo para oportunidades de crescimento. Não é fácil o associativismo empresarial em Portugal.

Entre os nossos mitos reside a perigosa ideia de que existimos por nós próprios. Salvo dois pequenos períodos em que a nossa soberania foi limitada por poderes estrangeiros, tivemos, nestes oito séculos de história, muito menos problemas do

que a maioria das nações europeias, disputadas por impérios, atravessadas por guerras (por vezes, alheias) e dilaceradas por fraturas religiosas. Esta “relativa” tranquilidade doméstica levou-nos a um certo distanciamento em relação ao que se passa no mundo. Já Eça de Queirós o notava e parece que esta distância ainda continua enraizada na nossa mentalidade. Afirmo-o, porque raramente pensamos que somos apenas 2,5% (dois e meio por cento) da população da União Europeia. Toda a população portuguesa é cerca de metade da da cidade de São Paulo, dois terços da população da cidade de Istambul e menos de metade dos habitantes da cidade do México. A nossa economia é altamente dependente. Os recursos naturais – até melhor notícia sobre os mares – são escassos e as qualificações das pessoas ainda deixam muito a desejar e a melhorar.

Mas temos muitos pontos a nosso favor. Transformá-los em riqueza depende da conjuntura externa, sem dúvida, mas também, em larga medida, da nossa capacidade de cooperar e criar soluções em conjunto e para o conjunto. Essa não é uma tarefa imediata e fácil. A nossa maneira de ser é, muitas vezes, demasiado fechada e feita de pequenas rivalidades, pequenos poderes, pequenas soberbas.

A este perfil acresce o facto de o conjunto de crenças que informou (e informa!) os gestores das organizações económicas ser baseado na ideia do egoísmo criador, ou seja, no pressuposto de que, se cada um procurar o seu próprio benefício, o mercado fará o resto. Mas não é só no plano teórico – como a economia real já demonstrou – que, quando alguém procura o lucro sem cuidar do benefício dos outros, o sistema não prospera e todos perdem, ainda que alguns pareçam escapar ilesos a uma vida de crimes, por falta de prova.

INVESTIMENTO RESPONSÁVEL

“Arquitetos de um mundo melhor” é a mais recente proposta do UNGC para a construção de políticas de sustentabilidade – o objetivo dinâmico do desenvolvimento sustentável – e para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do

Milénio, que sofrerão brevemente uma nova formulação, para a qual os participantes do UNGC deram o seu contributo.

Passaram já quase cinquenta anos sobre o autêntico *big bang* que foram as previsões do Clube de Roma e só agora começamos a compreender que a escassez de recursos e os impactes sobre o clima e a biosfera obrigam a uma nova economia ou, de algum modo, a um novo modelo de funcionamento na economia. É assim que o conceito de desenvolvimento sustentável evolui para o macroconceito integrador de sustentabilidade e a sua concretização ao nível das organizações se corporiza no conceito de responsabilidade social, tal como a comunidade internacional o adotou na norma internacional ISO 26000, nas orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e nos princípios do *United Nations Global Compact*.



COM MAIS DE 12 MIL ENTIDADES – ORIUNDAS DE 145 PAÍSES – SUBSCRITORAS DOS 10 PRINCÍPIOS, O UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT É UM DOS MOTORES DA SUSTENTABILIDADE À ESCALA MUNDIAL

Integrando Portugal uma entidade económica e política regional – a União Europeia – e apesar de não se dever alhear dos referenciais mundiais, convém que observe com atenção o que dela emana. Ora estes conceitos foram o suporte da Estratégia Europeia de Responsabilidade Social, onde se lê: “Para assumirem integralmente a sua responsabilidade social, as empresas devem implementar um processo que integre preocupações sociais, ambientais, éticas, de direitos humanos e de direitos dos consumidores, nas suas práticas de negócio e estratégia principal, em estreita colaboração com os seus *stakeholders*, com o objetivo de maximizar a criação de valor partilhado, para os seus proprietários e acionistas e para os seus restantes *stakeholders* [partes interessadas] e sociedade em geral.”

Daqui decorre o conceito de ecossistema social, um conjunto dinâmico de relações, serviços mútuos e interdependências que maximiza a probabilidade de sobrevivência dos seus integrantes. Se a ideia de que a economia tem de estar ao serviço das pessoas e não o inverso estava já bem clara na doutrina social da Igreja, agora torna-se um imperativo de sobrevivência. Numa comunidade pequena como a nossa, a criação de valor tem de levar em conta o conjunto das partes interessadas, ou seja, o bem-estar geral e não apenas o lucro imediato da organização em causa. Mas isso nunca será possível sem que a comunidade crie e aplique regras firmes que defendam o interesse geral. Sem a forte defesa do interesse público, a nossa abertura ao exterior abrirá também as portas aos predadores (financeiros e outros), cujo interesse é a rapina de curto prazo e não a criação de valor sustentado.

Neste campo, o UNGC propõe a adesão aos Princípios de Investimento Responsável (PRI). As empresas têm sempre um interesse e um projeto de médio e longo prazo. Os acionistas é que podem limitar as suas expectativas a mais-valias de curto prazo. Não se confunda a organização com o seu acionista. Uma boa parte do desafio do futuro está em separar investidor de especulador e em possibilitar às empresas serem “boas pessoas sociais” sem que os seus acionistas o contrariem. Isso passa por aumentar o risco associado aos maus comportamentos e por punir as empresas que prejudiquem a sociedade, na ânsia de aumentar os seus proventos.

Todavia, os riscos e as punições serão sempre fraca motivação. Esta terá de vir da profunda convicção de que os bons valores são mais rentáveis

e mais sustentáveis. Aí desempenha um enorme papel a habilidade de criar sistemas que não só dissuadam o descontrolado egoísmo empresarial, como estimulem as virtudes nas pessoas e nas organizações. Não se pode ignorar que o ser humano é suscetível de ceder ao mais imediato, ao mais fácil, ao maior prazer.

A ausência de valores éticos pode ser, em alguns, uma característica permanente, mas esses – por estranho que pareça – não são tão perigosos como o cidadão comum. Aqueles são facilmente sinalizados e em pequeno número. No entanto, o cidadão comum, que aqui e ali cede à tentação, não só passa despercebido como, pelo seu número, origina um prejuízo imenso. Veja-se a dimensão das economias paralelas. A responsabilidade social propõe uma sistemática cooperação entre as partes interessadas, ou seja, uma nova ética das organizações, em que o egoísmo é enquadrado pelo interesse geral. Daí decorre uma maior atenção às pessoas no local de trabalho, um maior cuidado com os consumidores, uma melhor relação com os fornecedores e uma forte cooperação voluntária no esforço de construir e manter respostas sociais para aqueles para quem o mercado não é a solução.

Por isso, a Comissão Europeia afirma na já referida Estratégia de Responsabilidade Social: “Uma aproximação estratégica à responsabilidade social das empresas (RSE) é cada vez mais importante para a sua competitividade. Pode trazer benefícios em termos de gestão de risco, de redução de custos, no acesso a financiamentos, na relação com clientes, na gestão de recursos humanos e na capacidade de inovação.”

Claro que só cooperamos quando existe um clima de confiança. Daí advém a necessidade de adotar normas éticas gerais, que o UNGC propôs no “Manifesto para uma Ética Global na Economia” e que enuncia, entre outras, a regra de ouro: “Faz aos outros todo o bem que gostarias que te fizessem e não faças aos outros o que não queres que te façam a ti.” A confiança gera a possibilidade de diálogo e compromissos, que por sua vez permitem estratégias concertadas e a maximização de resultados para o conjunto da comunidade.

A responsabilidade social das empresas – como pressupõe o compromisso com as partes interessadas internas e externas – possibilita a antecipação das expectativas sociais e pode, por isso, conduzir ao desenvolvimento de novos mercados e assim criar oportunidades de crescimento. Daí que a Comissão Europeia sublinhe a ideia fundamental da construção de uma sociedade melhor e de um novo sistema económico: “A responsabilidade social das empresas integra um conjunto de valores sobre os quais se pode construir uma sociedade mais coesa e transitar para um sistema económico sustentável.”

Desde que, em 2010, foi aprovada a Estratégia de Responsabilidade Social para vigorar até 2014, muito aconteceu em Portugal e na Europa. Acontecimentos que confirmaram a necessidade de combater os comportamentos que conduzem a “lucros privados e perdas socializadas”, pela descarga sobre os contribuintes dos prejuízos gerados por organizações que desprezaram os valores éticos fundamentais em benefício do poder dos seus administradores e dos lucros dos seus acionistas. No final, ficámos todos a perder, como seria de prever pelo exemplo inicial deste artigo, pois os acionistas (quase todos) perderam o seu capital, os administradores o seu poder e os contribuintes o dinheiro dos seus impostos.

Por isso, cresce o número e o peso financeiro dos investidores que desejam proteger-se desses riscos e preferem investimentos éticos ou, pelo menos, que obtenham algumas garantias das adequadas agências de *rating*. Assim, torna-se indispensável que mais informação seja disponibilizada e que aumente o nível de transparência das organizações, dificultando as manobras ilícitas.

OS 10 PRINCÍPIOS

Agora que estamos perto da publicação da nova Estratégia de Responsabilidade Social, que vigorará a partir de 2015, é útil lembrar algumas ideias que foram expressas no Relatório ao Parlamento Europeu, da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via

para uma retoma sustentável e inclusiva¹. “Considerando que se verificou uma mudança profunda na comunidade de investidores com 1123 investidores, representando 32 bilhões de dólares do total de ativos sob gestão a apoiarem os Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI); considerando que o Fórum Europeu do Investimento Sustentável calcula que o mercado mundial de investimento socialmente responsável atingiu, aproximadamente, sete bilhões de euros em setembro de 2010 e que oitenta e dois investidores conduzidos pela Aviva Global Investors, representando cinquenta bilhões de dólares do total de ativos sob gestão, tomaram a iniciativa na Cimeira para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de apelar à obrigatoriedade da informação sobre a sustentabilidade das empresas”, pode ler-se no referido relatório.

É, portanto, significativo o montante envolvido nos investimentos socialmente responsáveis, o que fornece uma base de capital – que sem dúvida crescerá no futuro – para estratégias colaborativas entre a economia puramente lucrativa e a economia social, combinando os dois “genes” para um melhor espécime: a empresa socialmente responsável, que crie riqueza partilhada pelo conjunto da comunidade, sem deixar de retribuir adequadamente os seus acionistas e de remunerar proporcionalmente os seus gestores.

A ganância continuará a ser o vício mortal que ameaça este projeto. Como conviver com exigências de *return on investment*, muitas vezes acima do normal, por acionistas que não estão comprometidos e nem se interessam pelo futuro da organização? E como conviver com exigências remuneratórias e prémios de gestão que multiplicam por centenas o salário mais baixo em vigor na organização? Que estratégias colaborativas resistem a estas monstruosas disparidades? E, no entanto, ela move-se... A colaboração vai crescendo entre empresas, economia social, cidadãos e administração pública, impulsionada pela consciência que as pessoas de bom senso têm

sobre a impossibilidade de encontrar respostas se não reunirmos boas vontades e esforços.

DESENVOLVIMENTO

No nosso entender, a estratégia colaborativa que suportará a cooperação e o desenvolvimento é a sustentabilidade e as suas políticas, bem como a responsabilidade social e as suas práticas organizacionais. Não haverá solução ambiental se esta for contra as pessoas e a sua necessidade de emprego e trabalho digno. Não haverá desenvolvimento se não houver igualdade de género e de oportunidades para todos os membros da comunidade, qualquer que seja a sua origem. Não haverá criação de riqueza se apenas uma parte se apropriar dela e a comunidade envolvente empobrecer. Não haverá desenvolvimento humano se as pessoas forem desprezadas nos seus direitos e lhes for negada a possibilidade real de família, vida digna, filhos felizes e velhice tranquila.

Interrogo-me, muitas vezes, se na economia lucrativa não teremos esquecido o objetivo maior do desenvolvimento económico, na ânsia de o obter, e se não estaremos a correr sem saber para onde e por quê. Como tal, a aproximação à economia social talvez nos ajude a recordar as pessoas e as suas necessidades, a busca do bem-estar e a construção de um mundo mais digno e equilibrado.

Muitos compreendem que a sustentabilidade e a responsabilidade social são um poderoso motivador e condutor de novas políticas. Por vezes, até surge alguma confusão de conceitos, por origens e entendimentos diferentes. Por isso, o referido relatório pede à “Comissão para se comprometer, em colaboração com o Parlamento e o Conselho, bem como outros organismos internacionais, a alcançar uma ‘convergência’ fundamental das iniciativas em matéria de RSE a longo prazo e o intercâmbio e a promoção de boas práticas empresariais em matéria de RSE, bem como a avançar com as diretrizes estabelecidas na norma internacional ISO 26000, de modo a garantir uma única e global definição coerente e transparente de RSE; exorta a

Comissão a contribuir efetivamente para a orientação e coordenação das políticas dos Estados membros”.

A Comissão Europeia é convidada a dar o exemplo, comprometendo-se ela própria com relatórios de sustentabilidade, a gestão ética dos seus fundos de pensões e apoiando o voluntariado entre o seu pessoal. Todos estes elementos formam, no âmbito dos princípios orientadores das Nações



UMA BOA PARTE DO DESAFIO DO FUTURO ESTÁ EM SEPARAR INVESTIDOR DE ESPECULADOR E EM POSSIBILITAR ÀS EMPRESAS SEREM “BOAS PESSOAS SOCIAIS” SEM QUE OS SEUS ACIONISTAS O CONTRARIEM

Unidas, a chamada combinação inteligente de abordagens regulamentares e voluntárias. É a suprema etapa da estratégia colaborativa: a complementaridade entre a lei e a norma, uma imposta pelo poder do Estado e a outra adotada voluntariamente pelo interesse do mercado. A primeira limitada ao espaço jurisdicional do emissor, a segunda passível de ser adotada em qualquer parte do mundo, onde uma parceria a torne num fator preferencial ou condicionante.

COMPROMISSOS

É este o papel dos 10 Princípios do UNGC: um conjunto simples, mas muito poderoso, de compromissos que todas as organizações económicas podem subscrever e adotar como guia para a sua atividade e as suas decisões. Em Portugal, mais de setenta entidades – onde se incluem muitas das nossas principais empresas – subscreveram esses princípios e iniciaram a sua aplicação formal e reportada em comunicações anuais, disponíveis para qualquer parte interessada consultar e verificar da sua veracidade. O UNGC funda-se nesta ideia de verificação pelos pares e pela opinião das partes interessadas, muitas vezes bastante mais eficaz do que as imposições legais, porque afeta

um valor que se cria todos os dias, mas se perde num instante: a boa reputação.

As organizações participantes do UNGC e da sua rede portuguesa procuram a criação de riqueza conjunta e os exemplos são vários. Algumas estabeleceram um novo padrão de relações com os seus fornecedores, transformando-os em parceiros de negócio. Outras criaram fortes relações de aplicação de recursos humanos, disponibiliza-

dos por uma combinação de voluntariado empresarial e pessoal. Um excederam as exigências legais na criação de sistemas de *corporate wellness*, ou seja, bem-estar organizacional para além dos mínimos da saúde e da segurança no trabalho. Outras, ainda, incentivam o empreendedorismo, cooperam com universidades, apoiam iniciativas sociais ou protegem as famílias dos seus trabalhadores. Muitas têm avançadas políticas de promoção da igualdade de género, aderiram aos UNGC *Women’s Empowerment Principles* (WEP) e cooperam com associações de base, em esforços de integração de comunidade de imigrantes.

Tendemos a pensar que está tudo mal, porque o bom não é notícia. No entanto, a cooperação está em curso e cada um terá de cumprir o seu dever. Este é o tempo de fazer pela comunidade, pelo nosso ecossistema e pelas futuras gerações o que estiver ao nosso alcance, criando e alimentando redes de cidadania e cooperação. O Estado fará o que puder, mas, definitivamente, o poder do cidadão cresce num mundo global. Homens e mulheres, todos temos na Organização das Nações Unidas uma imensa esperança de que dela saia uma verdadeira “arquitetura para um mundo melhor”. ●

1. (2012/2097, INI), relator Richard Howitt.